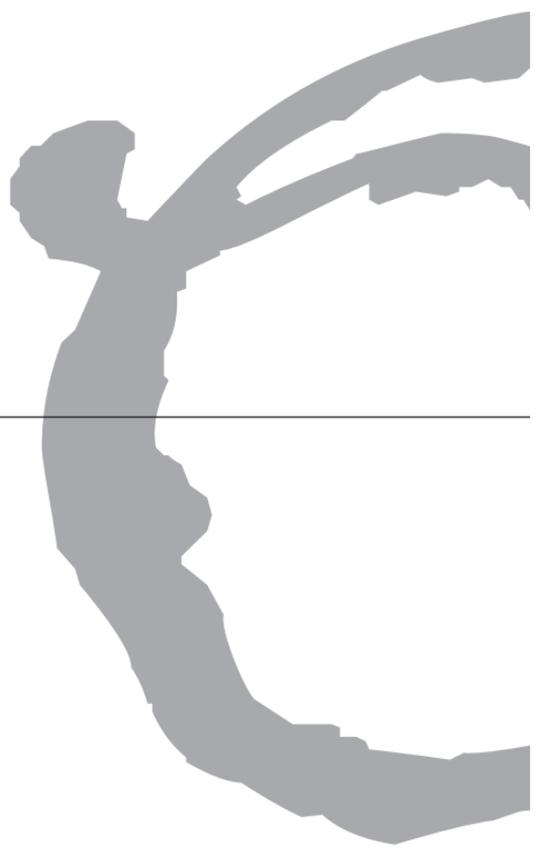




JAGUNÇO
SOMOS NÓS

Visões do Brasil na crítica
de *Grande sertão: veredas*



Danielle Corpas



JAGUNÇO
SOMOS NÓS

Visões do Brasil na crítica
de *Grande sertão: veredas*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Corpas, Danielle

O jagunço somos nós : visões do Brasil na crítica de Grande Sertão : Veredas / Danielle Corpas. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-387-1

1. Rosa, Guimarães, 1908-1967. Grande Sertão: Veredas – Crítica e interpretação I. Título.

15-10170

CDD-869.09

Índices para catálogo sistemático:

1. Literatura brasileira : História e crítica 869.09

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide

foto de capa: Marina Meirelles Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

ESTA OBRA CONTA COM O APOIO
DA **CAPES** PARA A SUA PUBLICAÇÃO

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

NOVEMBRO/2015

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.

É proibida sua reprodução parcial ou total sem a autorização prévia do Editor. O infrator estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

*Para Vicente, que veio no meio do
redemunho e tornou tudo melhor.*

UMÁRIO

NOTA PRELIMINAR.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
A TRANSCENDÊNCIA DO REGIONAL.....	31
<i>Um regionalismo cuja referência é o globo.....</i>	45
MUNDO DE JAGUNÇO, MODO DE SER JAGUNÇO.....	63
<i>A condição jagunça.....</i>	79
<i>O jagunço arrivista.....</i>	93
EXPRESSÃO E PERSONALIDADE DO NARRADOR.....	107
<i>Um narrador sofismado de ladino.....</i>	123
GRANDE SERTÃO: MUNDO MODERNO.....	151
<i>Grande sertão e universo urbano.....</i>	162
<i>Dialética do esclarecimento no Grande sertão.....</i>	178
GRANDE SERTÃO: FORMAÇÃO BRASILEIRA.....	209
<i>Formação na imaginação.....</i>	220
<i>Formação pela harmonização conservadora.....</i>	232
<i>Formação pelo diálogo entre classes.....</i>	260
CONCLUSÃO.....	293
BIBLIOGRAFIA.....	299

*N*OTA PRELIMINAR

Este livro é versão revista de uma tese de doutorado que começou a ser elaborada em 2000, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Literatura da UFRJ em agosto de 2006.

Para a publicação, foram incluídos comentários esparsos e notas sobre artigos saídos depois de 2006, porém sem o compromisso com o mapeamento de tudo o que fosse relevante.

O livro é resultado também de muitos apoios. Ao longo de todos esses anos, foram decisivos o bom ambiente de trabalho na Faculdade de Letras da UFRJ e a oportunidade de debate rigoroso e generoso junto ao Grupo de Pesquisa Formação do Brasil Moderno: Literatura, Cultura e Sociedade. Ao CNPq e à Capes, agradeço o apoio financeiro para a pesquisa e a publicação. E à minha família – meus pais, minhas irmãs e, nos últimos anos, Vitor e Vicente –, pelas diversas formas de suporte amoroso, devo mais do que saberia dizer.

*I*NTRODUÇÃO

Uma série de juízos sobre a cultura, a ordem social e a política no Brasil vem se constituindo em leituras de *Grande sertão: veredas*. Desde seu lançamento, o livro de Guimarães Rosa chamou atenção pelo modo inusitado e complexo como a matéria sertaneja ganhou ares de universalidade, e também desde cedo procurou-se elucidar nexos entre o *Grande sertão* e a história do país. Somando-se as observações acerca de particularidades nacionais contidas em comentários sobre passagens e aspectos da narrativa às hipóteses de leitura do romance como um todo que vêm de par com tentativas de explicação da experiência brasileira, temos boa amostra das posições que uma parcela significativa de nossa crítica assumiu, de 1956 para cá, em relação a tópicos controversos nos debates sobre a literatura e a vida no país.

Por caminhos diversos, estudos publicados até o início da década de 1970 buscaram esclarecer as condições de configuração dessa prosa na qual uma enorme gama de singularidades locais recebeu tratamento capaz de relativizar fronteiras regionais. Desde a publicação do primeiro livro de Guimarães Rosa, *Sagarana*, em 1946, alguns críticos haviam assinalado que as cenas passadas no sertão mineiro revestem-se de significação que vai muito além da documentação de modos de existência em determinada área geográfica. Com *Grande sertão: veredas*, fir-

mou-se como tópico decisivo para a interpretação a equação entre raiz no particular e projeção para o universal. O primeiro desses dois termos estava com frequência subjacente a todo tipo de especulação a respeito do romance de Rosa naquele período, entre o governo de Juscelino Kubitschek e a década inicial da ditadura militar. Os projetos de modernização nacional e as disputas na arena política mantinham na ordem do dia a discussão sobre as especificidades nacionais; tanto à direita quanto à esquerda, tanto as promessas de construção do país do futuro quanto as contestações ao desenvolvimentismo oficial erigiam-se na perspectiva de uma lógica de nacionalidade – convidavam ao vislumbre de alguma situação na qual estivessem resolvidos os problemas internos, de modo que os cidadãos gozassem dos benefícios de uma sociedade emancipada ou avançada. Era mote comum a peculiaridade da vida brasileira, o mesmo tópico que mobilizara tantos de nossos autores do século XIX e que o Modernismo dos anos 1920 havia estabelecido como valor positivo para a arte. No âmbito da historiografia, desde os anos 1930 uma sucessão de pesquisas procurava dar conta dos processos de *formação nacional*, enfocando a constituição das forças motrizes de nossos sistemas social, político, econômico e literário.¹ Então, as experiências vividas no Brasil, com suas variações regionais, ocupavam posição privilegiada também na pauta dos debates estéticos. Nesse contexto, e ainda sob o influxo das polêmicas provocadas pelo realismo do romance nordestino dos anos 1930, boa parte da crítica literária brasileira recebeu *Grande sertão: veredas* como um acontecimento importante, instigante e benfa-

1. Refiro-me a *Casa grande e senzala* (Gilberto Freyre 1933), *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de Holanda 1936), *Formação do Brasil contemporâneo* (Caio Prado Jr. 1942), *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (Raymundo Faoro, 1958), *Formação econômica do Brasil* (Celso Furtado 1959) e *Formação da literatura brasileira* (Antonio Candido 1959).

zejo – entre outras razões, pela apresentação do sertão distanciada dos “hábitos realistas, dominantes em nossa ficção” (Candido 2000b, p. 123).

Dos trabalhos que, até os anos 1970, sondaram a possível homologia *Grande sertão*: Brasil, os que se tornaram imediatamente mais influentes foram os de Antonio Candido e de Walnice Nogueira Galvão.

Candido dedicou ao romance de Guimarães Rosa uma resenha em 1956, um ensaio (“O homem dos avessos”, publicado originalmente, com o título “O sertão e o mundo”, em 1957), boa parte de um estudo historiográfico (“Jagunços mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa”, resultado de aulas ministradas em 1966) e algumas breves considerações esparsas (como as contidas em “Literatura e subdesenvolvimento” – cuja primeira publicação, em francês, é de 1970 – e em “A nova narrativa”, versão de palestra apresentada em 1979 num encontro sobre ficção latino-americana). Um conjunto de poucas páginas, onde o crítico indica, entre outras coisas, aquilo que considera a característica fundamental da obra, seu princípio geral, sua condição formal básica e uma chave de leitura. Esta, forjada no artigo de 1966, dá boa ideia do alcance que tem para a reflexão sobre *Grande sertão: veredas* a perspectiva do autor de *Formação da literatura brasileira*. Segundo Candido (2004), Rosa incorporou o legado da ficção de viés regionalista para modelar personagens e um espaço ficcional ao mesmo tempo peculiares e muito abrangentes: um sertão com dimensão de mundo inóspito onde o herói jagunço vive perigosamente. No Grande Sertão, universo regido pela arbitrariedade, onde “o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e de mais juízo” (Rosa 1986, p. 248),² transita um “tipo especial de

2. A partir de agora, a localização de trechos extraídos de *Grande sertão: veredas* será indicada pela sigla *GSV* seguida do número da página.

homem violento”, que não se resume ao fora-da-lei, exceção à regra social. Pelo contrário, trata-se de indivíduo comum vivendo em mundo um tanto anômico, onde a ordem institucional é inconsistente. A arbitrariedade que rege a sociedade sertaneja demanda uma “conduta de guerra”, a violência parece muitas vezes a única forma de ação justa. Daí a chave de leitura proposta por Candido: encarar a figura do jagunço como *forma* (“forma de existência”, “modo de ser” no “mundo-sertão”, “realização ontológica”), e não mera representação de um tipo social. Pois as atuações dos diferentes valentões que aparecem no romance convergem todas para uma mesma lógica – o comportamento pautado pela “desordem e a brutalidade do sertão”. Justapondo essa percepção à análise, realizada na primeira parte do ensaio, de uma parcela da ficção brasileira anterior a Guimarães Rosa – sempre com um olho na literatura (mirando ao mesmo tempo a dinâmica própria de cada texto e sua interação com a tradição literária com a qual dialoga) e com o outro olho na formação do país –, o ensaísta estabelece relação entre: 1) a maneira como agem os jagunços em *Grande sertão: veredas*, 2) o funcionamento específico da “máquina econômica” a que servem e 3) os termos de uma ordenação do convívio marcada pela anomia. Assim, lança luz sobre um aspecto constitutivo do romance: as principais injunções subjacentes aos atos das personagens – do protagonista-narrador aos coadjuvantes citados de passagem. Do ângulo do ensaio de Candido, a figura do jagunço em *Grande sertão: veredas*, a um só tempo, desempenha papel de peão das “fortalezas do lucro e da ordem” no Brasil e as põe em xeque – as estratégias de instauração, manutenção e reprodução dessas “fortalezas” são objetos virtuais, subliminares, dos comentários do crítico. Como disse certa vez Roberto Schwarz, uma abordagem como essa consegue explorar virtualidades nacionais estilizadas artística-

mente na obra, mesmo que nesta não esteja evidente o âmbito nacional.³

Se os trabalhos de Antonio Candido abriram caminho para o tratamento crítico da matéria brasileira no romance de Rosa, a tese *As formas do falso*, que Walnice Nogueira Galvão apresentou em 1970 (sob orientação acadêmica do mesmo Candido), definiu com mais minúcia alguns focos para a leitura do livro à luz da política nacional e da realidade social, econômica e cultural do sertão. Esse estudo pouco se serviu da fortuna crítica rosiana então existente. São citados apenas, além de “O homem dos avessos”, um artigo publicado por Roberto Schwarz em 1960 e o trabalho que Manuel Cavalcanti Proença elaborou entre 1957 e 1958, *Trilhas no Grande Sertão*. O que apoia as considerações de Walnice Nogueira Galvão é sobretudo a pesquisa cuidadosa no campo da história brasileira e da literatura de apresentação da vida sertaneja, refletida em uma bibliografia que inclui de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr. e Maria Sylvia de Carvalho Franco a Franklin Távora, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Afonso Arinos e Câmara Cascudo. Interessada em descobrir onde se radica e como se constrói a *ambiguidade* que identifica como princípio organizador de *Grande sertão: veredas*, Walnice Nogueira Galvão relacionou uma ampla gama de elementos do texto à realidade sertaneja a que ele remete. Sem perder de vista o plano geral da ordem política e social do tempo em que se passa a ação (o período da República Velha), conseguiu distinguir e coadunar, de um lado, a “matéria historicamente dada” – a experiência dos jagunços, suas condições de subsistência, costumes etc., assim como as circunstâncias mais

3. Ver, adiante, na seção “Um regionalismo cuja referência é o globo”, os comentários a respeito do I Seminário de Cultura e Literatura Brasileira.

gerais que a determinavam – e, de outro lado, a “matéria imaginária”, como as ressonâncias da literatura medieval incorporadas à cultura sertaneja e presentes no romance. Assim, em síntese muito esclarecedora, mostrou como a condição do sertanejo pobre, “radicalmente ambígua”, é coerente com sua representação que incorpora termos da novela de cavalaria. O recurso a essa fonte literária, matriz evidente na caracterização de personagens e em algumas peripécias do enredo, não é considerado, em *As formas do falso*, apenas como elemento intertextual com função de conferir verossimilhança à fala do narrador, por remeter à “sobrevivência verificável do imaginário medieval no sertão, seja na tradição oral, seja no romance de cordel”. Tem a ver também com “uma verdadeira ‘célula ideológica’” cuja presença é marcante no tecido da tradição letrada brasileira, “que, em estudos, crônica, história e ficção, pratica a analogia entre jagunço e cavaleiro andante, latifúndio e feudo, coronel e senhor feudal [...], que força uma semelhança nobilitadora e minimiza a necessidade de estudar o fenômeno naquilo que tem de específico” (Galvão 1972, pp. 12; 52).

A especificidade das preocupações que mobilizou Antonio Candido e Walnice Nogueira Galvão permaneceu quase que de todo ausente dos estudos sobre *Grande sertão: veredas* por mais ou menos duas décadas. De meados dos anos 1970 a meados dos 1990, boa parte dos esforços interpretativos se orientou pelo cumprimento de programas definidos pelas correntes teóricas que se sucederam em posição hegemônica nos nossos departamentos de Letras. Análises estruturalistas traduziram em esquemas composições de Guimarães Rosa; a hermenêutica de viés heideggeriano encontrou terreno fértil no “ser-tão” percorrido por seu herói. Nesse ínterim, e com mais intensidade a partir da década de 1980, cresceu a empolgação com chaves de leitura filosófico-metafísicas e esotéricas – o que resultou em um subconjunto bastante extenso na

fortuna crítica de Rosa. O histórico da recepção de seu romance não foge à regra de *descontinuidade da reflexão* que Roberto Schwarz apontou como um inconveniente para o andamento da crítica literária brasileira em “Nacional por subtração”.

Convém aqui uma breve digressão para relembrar alguns passos desse texto de Schwarz, que já deu margem a várias polêmicas e muitos equívocos. Um dos pontos importantes é um fenômeno observável em vários campos da atividade intelectual no país, em parte resultado de uma constante histórica que temos em comum com outras nações que se formaram na periferia do capitalismo: a importação de modelos teóricos da Europa (desde os tempos coloniais) e dos Estados Unidos (crescentemente a partir das últimas décadas do século XX). Empenhada em atualizar-se com relação às novas doutrinas que entram em voga nas metrópoles culturais, aqui cada geração põe mais ou menos de lado o trabalho de gerações anteriores, e com isso problemas e decifrações referentes a especificidades do país formulados no passado recente deixam de ser levados adiante. Fica assim reduzido o investimento na elaboração de um “juízo refletido sobre as perspectivas propostas” por predecessores locais, cujo trabalho poderia ser encarado “como elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas”. O fluxo crítico é interceptado pelo atravancamento nos processos de elaboração tanto de hipóteses e conclusões quanto de parâmetros empregados para se lidar com as particularidades do texto ficcional e da sociedade a que, de um jeito ou de outro, ele remete. Se, a cada momento, trata-se com indulgente menosprezo os resultados obtidos no período anterior e definem-se novos objetivos, se em curto espaço de tempo estipulam-se novos critérios de avaliação e descartam-se peremptoriamente os juízos formulados a partir de parâmetros que pareciam válidos, com pouca ou nenhuma

discussão sobre a razão de ser dos juízos e parâmetros renegados, fica difícil atingir “uma dose de adensamento cultural, dependente de alianças ou confrontos entre disciplinas científicas, modalidades artísticas e posições sociais ou políticas sem a qual a ideia mesma de ruptura, perseguida no culto ao novo, não significa nada”. Os saltos de um paradigma a outro podem representar menos progresso do que lacunas – essa é uma das conclusões de Schwarz a respeito da sucessão de escolas seguida pela crítica literária brasileira. Tal visão não é motivada por qualquer xenofobia ou nacionalismo tacanho – pelo contrário, “Nacional por subtração” adverte para o fato de que a “busca de um fundo nacional genuíno” consiste em solução ilusória para um problema mal posto (vale lembrar que o ensaio versa sobre o “caráter *posticho, inautêntico, imitado* da vida cultural que levamos” e revela o que está por trás do “sentimento aflitivo da civilização imitada”: a “estrutura social do país, que confere à cultura uma posição insustentável, contraditória com o seu autoconceito”). O inconveniente que Roberto Schwarz percebe na descontinuidade da reflexão não se traduz em avaliação depreciadora do caráter de “segunda mão” de boa parte de nossa produção intelectual. Esforço de atualização teórica é algo que está longe de constituir em si um problema; problemática é a postura acrítica no ato de assimilação das novidades, a contínua interrupção no fluxo do debate, a decapitação periódica de “percepções e teses notáveis a respeito da cultura do país” que poderiam contribuir para um “adensamento cultural”, para a “constituição de um campo de problemas reais, particulares, com inserção e duração históricas próprias, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante.” (Schwarz 1987, pp. 29-48)

Este livro parte da constatação de que, nas décadas que nos separam do lançamento de *Grande sertão: veredas*, formou-se – ainda que marcado por certa des-

continuidade, atravessado por lacunas – um conjunto de considerações sobre o *Grande sertão*: Brasil que convida ao passo adiante. Num artigo de 1959 em que reflete sobre a tarefa da historiografia da literatura brasileira, Otto Maria Carpeaux observa – comentário breve mas digno de nota – que “o problema de crítica que nos apresenta a obra de Guimarães Rosa” corresponde ao equacionamento entre “valores estéticos” e “valores documentários” nessa “contribuição originalíssima, situada no meio entre os dois critérios, da literatura brasileira à universal” (Carpeaux 1999, p. 848). Vários críticos têm participado da longa discussão a respeito do que seria, nos termos de Carpeaux, seu “valor especificamente brasileiro”; há mais de meio século tenta-se entender o que a vida no país tem a ver com a constituição do romance que (conforme a apuração das enquetes de virada de milênio realizadas pelos cadernos de cultura de nossos principais jornais) é considerado o mais alto momento da prosa brasileira desde Machado de Assis. De saldo, temos muitas avaliações sobre a relação entre a ficção de Rosa e a matéria brasileira, e muito o que pensar sobre o modo como se vem refletindo sobre tal relação.

O conjunto de estudos que procura avaliar o peso da matéria brasileira em *Grande sertão: veredas* foi considerado ou insuficiente ou totalmente destituído de valor por parte dos críticos que, entre a década de 1990 e meados dos anos 2000, fez algum balanço da recepção do romance.

A desvalorização tornou-se recorrente entre os intérpretes votados à decifração de signos esotéricos e referências ao pensamento metafísico na narrativa, que veem a relação literatura-sociedade como perspectiva sem relevância, refutam programaticamente a hipótese de que a experiência histórico-social constitua componente notável na composição de Guimarães Rosa. É bom exemplo e síntese dessa posição uma afirmativa presen-

te na introdução de Francis Utéza ao seu *João Guimarães Rosa: Metafísica do Grande sertão*. Esse professor francês esteve por alguns anos radicado no Brasil e, depois, continuou participando dos debates locais sobre a obra do escritor mineiro. Para ele, a “autenticidade” da “realidade brasileira” no romance consiste, em termos de interpretação, “uma conquista que é preciso ultrapassar para desembocar em certezas mais elevadas” (Utéza 1994, p. 23). Certezas como a seguinte, registrada no capítulo “Realismo e transcendência”: “Se os sertanejos se batem é porque a lei do Cosmos se exprime por seu intermédio” (*ibid.*, p. 105). Fica desqualificada a matéria histórica como elemento influente na constituição da obra – e, conseqüentemente, como tópico relevante para a crítica. Tal desqualificação foi referendada por Benedito Nunes, filósofo que assina alguns dos textos mais frequentemente citados nos trabalhos sobre Guimarães Rosa entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1990 (os ensaios reunidos na primeira parte de *O dorso do tigre*). Em 1998, avaliando a recepção dos três primeiros livros publicados por Guimarães Rosa (*Sagarana*, *Grande sertão: veredas* e *Corpo de baile*), Nunes apresenta as discussões que abrangem a vida brasileira como estágio ultrapassado, enquanto atribui aos “inúmeros trabalhos hermenêuticos, de explicitação aclaradora do sentido filosófico-religioso latente” um caráter de ponto de chegada. Não deixa de ressaltar que as perspectivas filosófica e ocultista tão exercitadas a partir dos anos 1970 são, a princípio, insuficientes – a seu ver, qualquer que seja a mensagem transmitida por qualquer texto literário, seu caráter é essencialmente poético, seu valor advém da multiplicidade de significados que cada um comporta em si. Ainda assim, elogia a “completude interpretativa” do estudo de Utéza, bem como o pioneirismo de Consuelo Albergaria (*Bruxo da linguagem no Grande sertão*, 1977), alegando que a revelação da simbologia oculta na ficção evidencia o fato

de que “no romance de Guimarães Rosa a narrativa sofre uma total absorção pelo mito”. Para Benedito Nunes, uma vez decifrados os signos que informam a “perspectiva mitomórfica” própria da narrativa, uma vez alcançada essa “fase propriamente hermenêutica” da recepção da obra, o que resta fazer é explorar sua “pluralidade de sentido”, inesgotável manancial que a grande criação estética oferece a seus leitores. Parece satisfatória – e isso é um lugar-comum na recepção da obra de Guimarães Rosa – “a possibilidade de a interpretarmos sempre renovadamente, como se ela tivesse aparecido hoje e a lêssemos pela primeira vez”. Ou seja, não é reclamado nem proposto um programa crítico que contemple aspectos da formulação ficcional cuja importância venha sendo subestimada, não é evidenciado nenhum inconveniente na trajetória dos estudos rosianos (Nunes 1998, pp. 76-78).

Por aí se vê que repete-se com Guimarães Rosa, como aconteceu com Machado de Assis, aquela propensão de alguns setores da crítica a louvar a excelência artística e/ou a magnitude das preocupações metafísicas do grande escritor, desmerecendo e tomando quase como ofensa à qualidade filosófica e estética da obra qualquer tentativa de correlação entre forma literária e matéria histórica específica. No caso de *Grande sertão: veredas*, alega-se que as alusões à história brasileira no romance são “parcas e vagas” (Rosenfield 1993, pp. 101-102) e que os dados da realidade local não passam de cenário ou trampolim a projetar o *Grande sertão* rumo à significação universal (Utéza 1994, p. 23). Argumentos nessa linha deixam de levar em conta, no mínimo, uma observação feita por Walnice Nogueira Galvão em *As formas do falso*: se apenas umas poucas referências permitem identificar no enredo do romance os contornos da política no Brasil da Primeira República, justamente esse tipo de imprecisão merece atenção, pois corresponde a uma singularidade no tratamento da matéria histórica: o

escritor “dissimula a História, para melhor desvendá-la” (Galvão 1972, p. 63).

Subjacente às leituras focadas exclusiva ou prioritariamente no prisma filosófico-metafísico e/ou religioso-ocultista, há um critério que condiciona a avaliação da configuração ficcional à eficácia na figuração de relações entre categorias integrantes de determinadas doutrinas, como o neoplatonismo ou o Tao, por exemplo. O grande valor do romance de Rosa corresponderia à sua excelência como manual poético de ensinamentos místicos ou filosóficos, espécie de guia espiritual transmissor de um conteúdo esteticamente cifrado, que, uma vez decodificado, ajudaria os leitores a melhorar sua *performance* na relação com o cosmos, ou a assimilar para sua vida alguma perspectiva filosófica ou visão de mundo. Tal abordagem da narrativa como transcrição figurada de sistemas de ideias e símbolos é tão restritiva quanto seria a tentativa de explicá-la apenas a partir da realidade sertaneja, negligenciando toda sua inegável carga de simbologia, sua propensão ao transcendente. O influxo dessas duas ordens de referências na composição aparece salientado até em um comentário esquemático do contexto em que Guimarães Rosa escreveu, como o apresentado por Walnice Nogueira Galvão num livro de divulgação da obra do escritor. Aí, o lugar de Rosa na literatura brasileira é delineado a partir de um panorama da prosa nacional entre as décadas de 1930 e 1950, marcado por duas tendências vigentes na ficção brasileira. De um lado, o viés regionalista, de considerável tradição aqui, que alcançou o apogeu entre os anos 1930 e 1940, com suas preocupações sociais, empenhado em trazer para a literatura as especificidades de diferentes realidades vividas no país. De outro lado, a corrente espiritualista, influenciada pelo romance católico francês do entreguerras, com sua feição introspectiva, seu culto ao Mistério do Universo e da Alma, suas inquietações metafísicas e religiosas. Do ângu-

lo de Walnice Galvão (2000, pp. 8-26), a ficção rosiana faz a síntese dessas duas vertentes. Uma das tarefas mais espinhosas para a crítica de *Grande sertão: veredas* tem sido lidar com essa questão elementar detectada na primeira recepção do romance: a conjugação entre raiz no particular e projeção para o universal. É hoje patente, muitas exegeses demonstram, que Guimarães Rosa operou com símbolos e arquétipos das mais diversas procedências, assimilou em sua composição tradições de pensamento de grande ressonância na sensibilidade ocidental. Em que medida a inclinação para o mítico e o transcendente em sua prosa está relacionada a condições objetivas radicalmente problemáticas da experiência brasileira?

Contraopondo-se à tendência ao “aniquilamento do éthos histórico” (Bolle 1997-1998, p. 28), desde meados da década de 1990 alguns críticos voltaram a assinalar, de diferentes modos, a relevância da matéria brasileira em *Grande sertão: veredas*. Em geral, suas avaliações da fortuna crítica do livro consideraram insuficientes os resultados das especulações a esse respeito acumulados até o momento em que escrevem. Comentam as teses dos predecessores mais respeitáveis, com maior ou menor aproveitamento, e partem para uma nova hipótese.

É o caso de Willi Bolle, que tomou para si a tarefa de revelar o “retrato do Brasil no século XX inscrito na obra”. Primeiro, num artigo publicado em 1995, afirma que a crítica até então pouco tinha se mobilizado para sublinhar os traços da experiência nacional no livro, uma vez que não havia reconhecido seu caráter de romance urbano (ver, adiante, capítulo 4). Como exemplos de estudos que colaboraram para tal decifração, cita apenas ensaios de Antonio Candido e a tese de Walnice Nogueira Galvão. Dá a entender que é preciso distinguir o alcance desses trabalhos das análises que se limitam a rastrear referências à realidade sertaneja no texto literário, oferecendo informações relevantes sem chegar a desenvolver

reflexão de maior alcance – por exemplo, resenhas como *Itinerário de Riobaldo Tatarana*, de Alan Viggiano (Bolle 1994-1995, pp. 80-88). Depois, em 1998, Bolle apresenta uma classificação tripartida da recepção de Rosa, distinguindo análises “estritamente formais”, “histórico-sociológicas” e “esotérico-metafísicas”. Sem negar a importância das informações linguísticas e estilísticas fornecidas pelo primeiro grupo, ressalta a necessidade de se suprir uma grande insuficiência nos resultados atingidos pelo segundo: “Poucos, na verdade, souberam decifrar no romance a dimensão da história a partir de categorias estéticas” – a única exceção mencionada nesse ponto é Walnice Nogueira Galvão. O ensaio “O pacto no *Grande sertão* – Esoterismo ou lei fundadora?” chama atenção para o fato de que o problema foi agravado, nos anos 1990, pela hegemonia das interpretações esotéricas e metafísicas, promotoras do “‘aniquilamento do éthos histórico’, que se tornou opinião corrente entre os leitores do romancista”. Bolle propõe a inversão dessa tendência, um desafio para a crítica contemporânea: compreender os signos esotérico-metafísicos à luz da história – é o que procura fazer ao analisar o episódio em que o protagonista Riobaldo se dispõe a fazer pacto com o demônio (Bolle 1997-1998, p. 28). Por fim, no livro de 2004 em que reúne os resultados de sua longa pesquisa (*grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*), Bolle reagrupa o amplo conjunto de trabalhos sobre o texto de Guimarães Rosa em “cinco tipos metodológicos”. Afora as resenhas onomásticas, bibliográficas, folclorísticas e cartográficas, enumera os seguintes paradigmas de leitura: estudos linguísticos e estilísticos; análises de estrutura, composição e gênero; crítica genética; interpretações esotéricas, mitológicas e metafísicas; interpretações sociológicas, históricas e políticas. Novamente menciona *As formas do falso* como um ponto alto na fortuna crítica do romance, ressaltando que apenas a partir da década de 1990 – com seus próprios

trabalhos e os de Heloísa Starling – voltou-se a avançar na “leitura do *Grande sertão: veredas* como retrato do Brasil”. Esse “estudo crítico que faltava” é o que pretende apresentar (Bolle 2004, pp. 19-22).

Com argumentos semelhantes, Heloísa Starling, em *Lembranças do Brasil* (tese defendida em 1997 e publicada dois anos depois), também reclama uma nova orientação para a recepção de *Grande sertão: veredas*. A seu ver, “o potencial político do projeto literário de Guimarães Rosa e sua inserção no cenário agudamente contemporâneo da modernidade sempre pareceram algo definitivamente excluído do horizonte da crítica literária brasileira até tempos muito recentes” (em nota, cita como indícios de “mudança nessa postura” os ensaios de Bolle publicados até então e um de Ettore Finazzi-Agrò). A cientista política classifica a fortuna crítica rosiana em “três grandes matrizes temáticas”, correspondentes aos três grupos comentados por Bolle em 1998. Porém, enquanto este enxerga no campo das investigações de caráter histórico-sociológico um problema numérico (escassez de estudos e resultados), Starling afirma existir aí uma limitação de enfoque – trabalhos que levam em conta apenas “uma realidade geograficamente predeterminada e cronologicamente datada”, apenas decorrências que tiveram, na região em que transcorre a ação, “as relações sociais e de poder consolidadas ao longo dos primeiros 50 anos da República brasileira, especialmente durante a República Velha” (Starling 1999, pp. 14-15).

Luiz Roncari é outro que, depois de 1990, especificou o tipo de trabalho do qual a fortuna crítica do romance parecia carecer. Sua avaliação conflita muito com a de Starling. Em *O Brasil de Rosa*, livro de 2004, ele observa que a camada de significação dos textos de Guimarães Rosa “mais ausente da crítica” é justamente aquela em que se verifica a alegorização da “história da vida políti-

co-institucional de nossa primeira experiência republicana” (Roncari 2004, p. 19).

Bolle, Starling e Roncari reputam ao andamento da atividade crítica no país diferentes incipiências que identificam na discussão sobre a vida nacional nos estudos sobre *Grande sertão: veredas*. Visão diferente do problema aparece num ensaio que José Antonio Pasta Júnior publicou em 1999. Segundo “O romance de Rosa: temas do *Grande sertão* e do Brasil”, o próprio *princípio organizador* da obra, aquilo que “responde pelo conjunto de sua estruturação formal”, define também seu regime de leitura (inclusive a leitura especializada). Pasta toca num ponto nevrálgico: o fato de, diante da grande obra estética, os críticos tenderem a se colocar em atitude de reverência, a referendar soluções que veem engendradas no belo texto ficcional.

[...] de modo mais ou menos sutil, não é raro ver-se, diante dele [o romance de Rosa], o ofício do crítico converter-se na celebração do oficiante – os elementos de objetivação e de distância, próprios do discurso crítico, desdobrando-se em um rito de comunhão com a obra, no qual os limites entre o sujeito e o objeto, o mesmo e o outro, tornam-se ao mesmo tempo fluidos e indecidíveis. (Pasta Júnior 1999, p. 62)

Essa constatação é o ponto de partida para a hipótese de que a tendência geral a enxergar em *Grande sertão: veredas* “virtudes exclusivamente positivas” não corresponde a um mero “acidente da recepção”. Pasta argumenta que a identificação dos críticos com o texto, fato que compromete o “gesto de relativização que implica toda crítica”, “manifesta de maneira decisiva o modo de ser mais íntimo da obra”, seu “princípio de hibridização”, assim descrito: “vigência simultânea de dois regimes de

relação sujeito-objeto – um que supõe a distinção entre sujeito e objeto ou, se se quiser, o mesmo e o outro, e um segundo que supõe a indistinção de ambos”. Observando a constituição da consciência do narrador, o ensaísta procura demonstrar que o princípio de passagem do mesmo a outro define o movimento de “formação supressiva” de Riobaldo, e que esse movimento repercute também na leitura. Vincado por uma série de contradições (“livre e dependente; homem de lei e de mando, de contrato e de pacto; letrado e iletrado – moderno e arcaico”), o protagonista-narrador de *Grande sertão: veredas* o tempo todo “se ‘forma’ passando no seu outro”. Lembrando a lógica recorrente no romance – *tudo é e não é* – Pasta nota que, na medida em que Riobaldo se constitui como “mutação contínua”, “vem a ser no e pelo movimento mesmo em que deixa de ser: *ele se forma suprimindo-se*”. A mesma dinâmica se observa na recepção do livro: “O *Grande sertão*, também ao leitor ele o forma suprimindo-o, isto é, simultaneamente ele o concebe como alteridade e o suprime enquanto tal”. Somos absorvidos em “um mundo que simultaneamente nos constitui e nos abole, baralhando os limites que nos separam dele”. Se o narrador, numa atitude que parece salvaguardar os limites da alteridade, pede a todo momento a opinião de seu interlocutor (o sujeito urbano e letrado, hospedado na fazenda de Riobaldo, a quem ele narra sua história e com quem nos identificamos), ao mesmo tempo, a voz desse outro é sistematicamente suprimida, encontra-se amalgamada à narração, de tal modo que o leitor acaba por se converter em “uma espécie de duplo do narrador”. Com isso, do ponto de vista da recepção, o romance de Rosa se apresenta como uma aporia, “parece esperar que a crítica, renunciando ao seu enleio nessa duplicidade hipnótica” resolva “o dilema insolúvel de sucumbir a um encantamento e ao mesmo tempo denunciá-lo” (Pasta Júnior 1999, pp. 62-69). O ensaio de Pasta alertou para o fato de que questões

de longo alcance permaneceriam em aberto enquanto a crítica não encarasse de frente esse desafio, uma vez que o hibridismo “constitui uma espécie de marca de nascença do próprio país”.

Nação colonial e pós-colonial, o Brasil já surge na órbita do capital e como empresa dele, mas se estabelece e evolui com base na utilização maciça, praticamente exclusiva e multissecular, do trabalho escravo. Essa contradição de base forma uma espécie de enigma sociológico que as ciências humanas permanecem a interrogar, entre nós. [...] Ao longo de séculos, e de um modo que nunca superaram completamente seja a Independência, sejam as sucessivas modernizações conservadoras, o Brasil praticou a junção contraditória de formas de relações interpessoais e sociais que supõem a independência ou a autonomia do indivíduo e sua dependência pessoal direta.

Assim, a contradição e as infinitas complicações que derivam do fato de que a alteridade – ou a autonomia – do outro seja ao mesmo tempo reconhecida e negada, pressuposta e inconcebível, constituem em profundidade o imaginário paradoxal das relações interpessoais e intersubjetivas no Brasil. Estas são, naturalmente, matéria literária – em especial, matéria de romance – e as formas literárias brasileiras não cessam de atualizá-las, de um modo que a crítica, em geral, ainda está longe de acompanhar. (Pasta Júnior 1999, p. 67)

Os comentários sobre textos críticos reunidos aqui procuram levar em conta fatores implicados na constituição de avaliações que recaem, ao mesmo tempo, sobre a obra literária e sobre a experiência social a ela relacionada, considerando os contextos em que surgiram tais

avaliações e os recursos com que foram elaboradas – referências manifestas ou não, escolha de aspectos para estudo, modo de articulação dos argumentos, seleção de contribuições de predecessores etc. A melhor maneira encontrada para apresentar esse estudo de caso sobre a crítica literária no Brasil foi a aliança entre cronologia e foco em tópicos que se mostram cruciais no conjunto da recepção de *Grande sertão: veredas* levado em conta. Na linha do tempo, ressaltam-se os resultados dos encaminhamentos e das elisões de determinados juízos, do descarte de certas proposições e da valorização de outras. O contraste entre o trabalho das sucessivas gerações ajuda a refletir sobre as motivações das escolhas, o significado que elas têm em face dos contextos nos quais se efetuaram e o papel que desempenharam na definição de direcionamentos para a leitura do romance. Por outro lado, eventualmente se fazem necessárias idas e vindas no tempo, para lembrar como certas preocupações são constantes entre os críticos que participam desse debate, feito de algumas questões deixadas em aberto e outras retomadas por novos ângulos.

Embora o objetivo principal deste livro não seja propor uma nova leitura de *Grande sertão: veredas*, as considerações sobre sua fortuna crítica, em algumas passagens, dão ensejo a hipóteses sobre o romance. Às vezes, a sondagem de possibilidades abertas por conclusões ou sugestões contidas nos textos comentados é imprescindível. É o caso das digressões que ocorrem quando a questão é o fluxo de continuidade/descontinuidade no discurso crítico. Para discutir os resultados da decisão de passar ao largo de certas formulações e assimilar outras, pareceu útil conferir até onde poderia conduzir aquilo que se privilegia e, principalmente, o que se descarta. O procedimento adotado em tais passagens do texto crítico ao literário é bem comum: toma-se determinada proposição para perscrutar seus possíveis desdobramentos em

face de trechos, elementos ou aspectos da obra que não apareceram (ou que não foram ressaltados) na enunciação do crítico. Não se trata de fazer prova dos nove com as leituras, recorrendo ao seu objeto a fim de verificar o que há de acertado ou equivocado nelas. Em geral, o objetivo dessas incursões ao texto de Guimarães Rosa é sondar a potência de certos achados críticos talvez subaproveitados. Elas são motivadas também pelo fato de que impasses inerentes à tentativa de entendimento do país por meio da literatura parecem ressaltados na “sombra do letrado brasileiro” que Walnice Galvão (1972, p. 14) viu delineada no livro, figurados na trajetória do protagonista, na posição arquitetada para o narrador, na situação em que se dá a narrativa: o ex-jagunço que relata sua história a um interlocutor urbano silenciado, cena que implode, sem maniqueísmo nem mera inversão de posições, a dicotomia de um encontro arquetípico em nossa formação literária – o letrado diante de uma “voz do povo”, registrando-a ao seu modo na composição erudita.